



José Lourenço

O "mata-são"

Um destes dias, alguém me falava da aplicação do socialismo a uma sala de aulas. Era mais ou menos assim: se a 20 alunos com notas apuradas dos 6 aos 18 valores fosse atribuída uma nota *social* de 12, o resultado está bem de ver. Uns ficariam felizes e outros insatisfeitos.

Podemos encontrar inúmeras históricas deste tipo, que são exemplos simples de demonstração da falência ou implosão desse sistema político.

Se aplicarmos o princípio da valorização do esforço, aos que concluem uma licenciatura em Medicina, por exemplo, é lícito esperar que quem andou a queimar pestanas ao ponto de saltar à vara por *números clausus* absurdos, hipotecando muitas vezes parques meios familiares, deva tirar rendimentos desse sucesso.

Mas à luz do nível médio da cultura do povo português percebemos que a descrença em relação aos médicos e aos seus meios de diagnóstico e de terapêutica traduz-se em ditos mais ou menos jocosos como "Deus cura os Doentes e o médico recebe o dinheiro" ou, noutra variante (tendo porventura como objecto o cirurgião), "Deus é que sara e o mestre é que leva a prata".

Aos olhos do homem comum, a razão de ser e de existir dos médicos é a doença que, por seu turno, representa, para eles, um verdadeiro "celeiro" ou um "bortal" (ou ainda "gamela", uma imagem típica do mundo rural, significando, neste contexto, fonte de rendimento, de enriquecimento - muitas vezes ilícito - e de saciedade).

Esta "sabedoria popular" de uma parte da população antiga é por vezes substituída nos dias de hoje por outros (sindicalistas, cábulas e sornas) que gostariam de ver

aplicado o princípio de distribuição das notas referido inicialmente. Tipo: ser professor sem avaliação, sem exame de admissão à profissão e com progressão incondicional na carreira.

E no entanto o Governo deu-lhes isto!

Voltando aos médicos.

Creio que a legitimidade não pode ser um cheque em branco. Se um médico mal-educado achar que o "burro" que está na sua presença deveria ir antes ao veterinário é lamentável, pois existem normas decorrentes do juramento que fez e ao qual se deve manter leal.

Actos médicos sem condições mínimas de instalações ou de tempo, diagnósticos precipitados, interrupções constantes ao relato de sintomas pelos doentes (de dois em dois minutos), podem muito bem significar um atropelo grave ao exercício de uma profissão digna e que deve ser praticada não só segundo as leis de mercado mas também da consciência e valores de cada um.

Na defesa dos mais desfavorecidos, e segundo a universalidade do nosso SNS, cabe à entidade empregadora (Estado) criar condições mínimas de dignidade para médicos e doentes nos serviços públicos de Saúde, sem pôr em causa o que foi dito anteriormente. Esta, a par da Educação, Justiça, Segurança e Obras públicas, deveria ser uma prioridade moral de quem governa os países.

Se tivéssemos quem nos governasse, perceberíamos que as somas astronómicas que são desperdiçadas em incompetências e conluios chegavam para isso e muito mais! 